

1

Introdução

Inicialmente, antes de entrarmos na proposta desta tese, pensamos que, talvez de uma forma atípica para um trabalho acadêmico, devemos compartilhar nossa trajetória em relação à teoria de Carl Gustav Jung. Afinal, temos tido contato com esta teoria desde 1987, sendo que, antes de concluirmos a graduação em Psicologia, já estudávamos e participávamos de grupos de estudos sobre a psicologia junguiana.

A primeira obra com que nos deparamos foi uma edição de **O homem e seus símbolos** (JUNG, [1964] [19—?]), ainda em espanhol. Um livro cheio de símbolos, com gravuras mitológicas e estudos antropológicos, artísticos e religiosos – este primeiro contato nos causou uma grande impressão estética e teórica.

Dentro desta impressão inicial, ainda na graduação, com cerca de 20 anos de idade, estabelecemos contato com *Nise da Silveira* (1906-1999).

Nise foi médica psiquiatra desde meados do século XX, perseguida pela ditadura de Getúlio Vargas por suas idéias políticas e criticada por parte da classe médica (CALAÇA, 1998, p. 18), devido ao fato de questionar a psiquiatria de sua época. Além disso, propôs novas formas de tratamento que entraram para a história da psiquiatria mundial, além de ter conhecido pessoalmente Jung, trazendo sua teoria para o Brasil (CHANG, 2001, p.187). Por vezes nos encontrávamos com ela e com seu grupo, que se reunia todas as quartas-feiras em sua casa, na cidade do Rio de Janeiro, para estudar e refletir sobre a teoria junguiana.

Com estes contatos, foi inevitável que nos aproximássemos do *Museu de Imagens do Inconsciente* e de sua proposta, que era a de pesquisar as produções do inconsciente dos pacientes psiquiátricos através de técnicas expressivas e compreendê-las dentro de uma ótica junguiana.

Nesta época, ainda vinculados ao trabalho de Nise da Silveira, participamos da fundação e direção do *Centro de Estudos Nise da Silveira* em nossa cidade, Juiz de Fora - MG. Este centro de estudos realizou não só eventos

acadêmicos, como também clínicos, através de atendimentos psicológicos em clínica social em um bairro carente da cidade.

Em 1990, já havíamos nos graduado em Psicologia e nos interessava e preocupava a aplicabilidade da teoria junguiana fora dos meios intelectuais e eruditos e, assim, fizemos um grande investimento pessoal na coordenação e atendimento nesta clínica social, além de iniciar a prática clínica em consultório particular. Estávamos, então, interessados em verificar esta teoria na prática, aplicando-a em pessoas que nunca haviam ouvido falar em arquétipos, inconsciente coletivo, complexos ou mitologia.

Neste sentido pragmático, o que temos verificando, desde então, é que esta mesma teoria é possuidora de *resultados* psicoterapêuticos extremamente interessantes e positivos – o que vem nos motivando, cada vez mais, a continuar nossa atuação clínica nesta linha psicológica.

Por uma série de fatores e pela necessidade de um maior envolvimento com o trabalho, desligamo-nos deste centro de estudos, que mais tarde se dissolveu. Na mesma época, Nise da Silveira foi ficando cada vez mais limitada pela idade e diminuindo o contato com as pessoas. Paralelamente, continuávamos tentando nos aprofundar num caminho profissional e acadêmico em relação à teoria de Jung.

Profissionalmente, além de clinicarmos dentro de uma perspectiva junguiana desde esta época, nossa formação enquanto psicoterapeuta – análise individual, supervisão e leituras – sempre se pautou dentro de um enfoque junguiano.

Academicamente, fizemos um curso de especialização em Psicologia Junguiana no *Instituto Junguiano do Rio de Janeiro* (vinculado à *International Association for Analytical Psychology*) e um curso de mestrado pela *Universidade Federal de Juiz de Fora*, utilizando o referencial teórico junguiano. Este percurso proporcionou, em 2003, que assumíssemos a cadeira de *Teorias e técnicas psicoterápicas em psicologia junguiana* num curso de graduação em Psicologia.

Dentro desta trajetória, o que temos observado é um crescente interesse pela psicologia junguiana tanto por parte de um público leigo, quanto do acadêmico. Todavia, paradoxal e paralelamente, também nos chama atenção o fato de encontramos certa *reserva* do meio acadêmico em relação à teoria junguiana.

Cumprе ressaltar que esta percepção extrapolaria as comuns diferenças que sempre existem entre as distintas linhas psicológicas clínicas. Evidentemente,

entendemos que não se pensa encontrar uma perspectiva unívoca de plena aceitação de uma teoria psicológica. Mas o que se observa, em geral, entre colegas de clínica, são as críticas pejorativas, acusando Jung de ser um autor esotérico e acientífico.

Mais que isso, esta *reserva* ultrapassa também a área da psicologia clínica, chegando a outras esferas como, exemplarmente, a da psicologia religiosa. Assim sendo, podemos observar esta situação no que se refere à contribuição da psicologia junguiana em relação ao fenômeno religioso – área que também é de nosso interesse acadêmico em Psicologia (BONFATTI, 2000a) (BONFATTI, 2000b) (BONFATTI, 2002), mas que não trabalharemos aqui.

Dentro dos construtos teóricos articulados por Jung, observamos que este autor busca criar um espaço privilegiado de discussão para um aprofundamento psicológico e, ao mesmo tempo, oferece uma possível *chave de leitura* que visa tentar compreender a religião enquanto uma *função psíquica* em diversas culturas. Afinal, diversos textos¹ seus são tentativas de estabelecimentos de *pontes* para a compreensão do fenômeno religioso dentro de uma perspectiva psicológica.

Contudo, mesmo que com estas características a teoria junguiana seja potencialmente interessante do ponto de vista investigativo e compreensivo na área da religião, raros estudiosos da Psicologia que têm como objeto de pesquisa o fenômeno religioso lançam mão da teoria de Jung como ferramenta de trabalho dentro do meio acadêmico (BENKÖ, 1981, p.56). Este dado se torna mais relevante devido não só ao fato da complexidade psíquica do fenômeno religioso, como também da necessidade de se estabelecer possibilidades e caminhos teóricos, dentro da Psicologia, que viabilizem sinalizar uma maior compreensão deste específico objeto de pesquisa. De forma curiosa, o que se tem notado, genericamente, é que em relação à questão religiosa Jung vem sendo mais utilizado fora do campo epistemológico da Psicologia do que dentro deste.

Ao tentarmos nos aproximar de uma tentativa de compreensão desta situação de *reserva* acadêmica, podemos cogitar, superficialmente, que as incursões deste autor em áreas até então não percorridas dentro da Psicologia nos

¹Apenas ilustrativamente: “O problema dos tipos na filosofia moderna” (JUNG, 1991a), “Introdução à problemática da psicologia religiosa da alquimia” (1991b), “Psicologia e religião”, “Resposta a Jó”, “Tentativa de uma interpretação psicológica do dogma da trindade”, “O símbolo da transformação da missa”, “Relações entre a psicoterapia e a direção espiritual”, “Comentário psicológico sobre o livro tibetano da grande libertação” (JUNG, 1983); “Presente e futuro” (JUNG, 1993).

sugerem possibilidade de apreensão desta situação. Afinal, Jung se propôs a construir possibilidades de aproximação teórica entre áreas *tabus* dentro do meio acadêmico como, por exemplo, *I ching*, *Astrologia* e *Alquimia*.

Mais que isso, análogo ao que foi apontado acima em relação à religião, fora do meio acadêmico é comum Jung ser associado a um referendamentismo *pseudocientífico* das ditas *terapias alternativas*, misticismo e espiritualismo.

Por outro lado, dentro de um universo não necessariamente acadêmico, mas intelectualmente mais *articulado*, uma das análises que se faz desta postura de *reserva* ou *crítica* dever-se-ia ao fato de Jung oferecer um novo paradigma em relação às outras linhas teóricas psicológicas que Fritjof Capra, em seu livro *Ponto de mutação*, chama de “psicologia newtoniana”.

Para Capra, as ciências naturais – em especial a física – têm uma profunda influência nas ciências humanas, criando, assim, paradigmas de compreensão do mundo e do próprio ser humano. Segundo este autor, a Psicologia – e também outras áreas do conhecimento – foi construída dentro de uma visão de mundo cartesiana moldada pela perspectiva da física de Isaac Newton. Mais ainda, prognostica que, com as novas descobertas da física moderna, estes paradigmas psicológicos deverão se modificar. Nesta perspectiva, uma possível resistência a Jung poderia ser compreendida como uma resistência a um novo paradigma que se anuncia.

Segundo Capra, Jung seria um *divisor de águas* e os conceitos teóricos da teoria junguiana

transcenderam claramente os modelos mecanicistas da psicologia clássica e colocaram sua ciência muito mais perto da estrutura conceitual da física moderna do que qualquer outra escola de psicologia. Mais do que isso, Jung estava plenamente consciente de que a abordagem racional [...] teria que ser transcendida se os psicólogos quisessem explorar aqueles aspectos mais sutis da psique humana que se situam muito além da nossa experiência cotidiana. (CAPRA, [1982] 1993, p. 178)

Ora, consideramos que percorrer um caminho de referendamentismo *extra-acadêmico* ou pelas possíveis articulações da física moderna não seria adequado para tentarmos compreender esta dificuldade de aceitação da teoria junguiana no meio acadêmico.

Pensando em outro caminho, entendemos que, metodologicamente, deveríamos tentar encontrar esta compreensão voltando à construção teórica

realizada por Jung. Neste sentido, caberia a seguinte questão: será que dentro da própria teoria junguiana encontraríamos subsídios para a compreensão desta *reserva* acadêmica? Mais ainda, teria esta teoria construído em seu corpo teórico fazendo com que este não se sustentasse externamente a ponto de ter-se criado esta *reserva*?

Excogitando que teríamos algum tipo de resposta nesta direção, inferimos que o caminho mais interessante seria uma busca analítica em relação às próprias construções teóricas de Jung.

Hipoteticamente, pensamos que a estruturação das concepções conceituais da teoria junguiana poderia guardar em si elementos que trariam uma compreensão mais ampla das reservas que se faz a esta teoria dentro do meio acadêmico.

A partir deste referencial hipotético, o objetivo do presente trabalho seria procurar analisar algumas propostas conceituais edificadas por Jung. Todavia, no espaço limitado de uma tese doutoral e diante uma teoria tão ampla e complexa, tivemos de exercitar a difícil necessidade metodológica de delimitar o tema. Assim, focamo-nos, especificamente, em três concepções da teoria de Jung, a saber: *arquétipo*, *inconsciente coletivo* e *si-mesmo*.

Cumprir dizer que a escolha destes três tópicos, entre muitos em uma teoria tão extensa, deve-se ao fato de entendermos que os mesmos são basilares na psicologia junguiana. Neste sentido, acreditamos ser impossível levar em consideração qualquer articulação dentro da teoria psicológica de Jung sem observar estas três concepções.

Sem dúvida alguma, estas noções abriram um amplo e inovador leque de possibilidades de compreensão e análise não só na prática clínica, como também no estudo de fenômenos sociais, antropológicos, culturais e religiosos. Mas o que seriam estas concepções? Apresentariam elas fragilidades que justificariam as reservas feitas à sua teoria como um todo?

Grosso modo, a concepção dos *arquétipos* consistiria em padrões coletivos herdados de estruturação de imagens psíquicas análogas. Consoante à construção de arquétipo, encontramos a concepção de *inconsciente coletivo* – um *locus* onde os arquétipos se situariam, aprioristicamente, aguardando a possibilidade ou não de se manifestarem através de *imagens arquetípicas*.

Por conseguinte, deparamo-nos com um *centro virtual* que, de modo onipresente, ordena, influencia e engendra todos os processos psíquicos que ocorrem na psique, sendo, ao mesmo tempo, o *centro* e o *todo* desta mesma psique – o *si-mesmo*.

Em se tratando de uma proposta de busca analítica conceitual destas concepções de Jung, parece-nos inevitável que lançássemos mão, quase que exclusivamente, dos próprios escritos deste autor.

Assim sendo, estamos cientes de que, muitas vezes, nosso texto se apresenta de forma árida e cansativa ao leitor, com um grande número de referências e citações. Apesar desta percepção estilística, entendemos que seria difícil norteá-lo por outra direção para tentarmos alcançar a realização de nossa proposta – um estudo analítico dos construtos de *arquétipo*, *inconsciente coletivo* e *si-mesmo*.

Neste sentido, nossas pesquisas se basearam, precipuamente, nos textos do próprio Jung. Mais especificamente, nos textos contidos em suas *Cartas*, seu livro **Memórias, sonhos e reflexões** e, em especial, suas *Obras completas*. Entretanto, ao trabalharmos com este material, enfrentamos algumas limitações em nossa pesquisa que gostaríamos de compartilhar.

Primeiramente, dentro da perspectiva que buscamos desenvolver para uma possível análise dos textos de Jung, levamos em conta o fato de que os mesmos são traduzidos e, possivelmente, passam por transformações e mudanças inevitáveis em relação à língua original em que foram escritos pelo seu autor.

Desta forma, sem dúvida, a máxima que afirma *Traduttore, traditore* – literalmente, tradutor traidor – tem que ser levada em conta. No decorrer do trabalho de pesquisa, uma possibilidade aventada para contornar tal situação seria a pesquisa dos textos na língua em que foram originariamente escritos. Esta alternativa foi descartada não só pelo fato do desconhecimento da língua alemã, mas também devido, mais uma vez, à possibilidade do *pesquisador-leitor* poder ser o próprio *Traduttore, traditore*. Neste sentido, cabe-nos aqui questionar se haveria alguma leitura de texto que fosse *neutra*. Entendemos, dentro da impossibilidade de uma não influência da subjetividade do *leitor*, que toda leitura de um texto, mesmo na sua língua natal, acabaria sendo uma *re-leitura*.

Também nesta linha de raciocínio, outro aspecto que pensamos ter que levar em conta é a avaliação subjetiva do pesquisador para selecionar, diante tão vasto material, o que seria e o que não seria relacionado especificamente com seu objeto

de pesquisa. Desnecessário dizer que a busca de uma isenção foi severamente exercitada. Todavia, o que observamos sempre é uma situação idealizada de neutralidade que, na prática, por mais esforços que sejam empreendidos, se mostra sempre limitada.

Entretanto, acreditamos que o reconhecimento e mapeamento destas limitações do pesquisador são de suma importância para a percepção e atenção das subjetividades sempre presentes na prática de qualquer tipo de pesquisa, seja quantitativa ou qualitativa. Afinal, entendemos que sempre que o pesquisador se sentir *seguramente neutro* estará mais propenso, ingenuamente, a não ser *neutro*. Por outro lado, se sempre estiver atento ao fato de ser um portador de subjetividades e idiossincrasias, provavelmente comprometerá menos sua pesquisa. Tentamos, ao longo de nosso trabalho, ser cuidadosos diante desta perspectiva, já sabendo de antemão que toda pesquisa que tenciona ser neutra estaria situada em uma instância de idealização a ser constantemente buscada.

Além da subjetividade do pesquisador, cumpre dizer que encontramos outras questões em relação ao material trabalhado.

Indubitavelmente, podemos e devemos tentar estabelecer uma postura de relativização em relação às *cartas* de Jung, já que estas não seriam, especificamente, publicações acadêmicas e nem fariam parte de suas *Obras Completas*. Todavia, em suas correspondências, Jung manteve sempre uma preocupação de tentar esclarecer seus pontos de vista teóricos de uma forma mais pedagógica e de acordo com seus diferentes interlocutores, e essas cartas acabaram se revelando uma abundante fonte de pesquisa para a compreensão das idéias deste autor e para o aprofundamento de nossa proposta de investigação analítica.

Além disso, justamente por esta fonte apresentar o formato de cartas, e não necessariamente uma forma acadêmica, este *material discursivo* se apresenta de modo interessante e privilegiado para uma possível *análise*. Pois, segundo Aniela Jaffé², estas cartas foram publicadas, à medida do possível, de forma integral, não se levando em conta a possibilidade de haver “contradições ou algo que possa ser

²Aniela Jaffé foi secretária direta de Jung de 1955 até a morte do psiquiatra suíço, em 1961, participando ativamente, neste período, de importantes estudos como **O homem e seus símbolos** (último livro concebido e organizado por Jung, obra em que ele tentou apresentar, de forma acessível ao leitor leigo, suas idéias) e **Memórias, sonhos e reflexões**. Depois disso, coordenou, dentre outros trabalhos, a publicação póstuma das *Cartas* de Jung em 1971.

considerado deslize ou julgamento errôneo” (JUNG, [1906-1945] 1999a, p.10). Apenas por questões de sigilo profissional, ética ou incompreensão, nomes ou trechos foram omitidos ou trocados.

Por outro lado, contribui também para tomarmos as cartas de Jung como uma fonte de pesquisa, o fato de ele próprio reconhecê-las como referencial teórico de suas idéias. Aniela Jaffé relata que Jung ficou reticente, de início, em publicar suas correspondências, porém “o caráter científico³ das cartas facilitou a Jung a decisão de autorizar sua publicação” (idem, p.3)⁴. Assim, aos 82 anos de idade, Jung deu sua anuência definitiva para publicá-las (idem, p.8). Posteriormente, afirmou “que o conteúdo delas não era exclusivo do destinatário individual, mas podia servir para um público maior” (idem, p.7), para que este mesmo público, inferimos, pudesse compreender melhor a suas idéias.

Todavia, num artigo de Sonu Shamdasani, deparamo-nos com o seguinte trecho:

Em uma entrevista, ela [Aniela Jaffé] recordou que, depois da morte da esposa, Jung não se sentia disposto a responder sua correspondência e que ela respondeu muitas cartas em seu nome, lendo para ele suas respostas, as [sic] quais, às vezes, ele fazia poucas correções⁵. Essa afirmação espantosa não deixa claro, precisamente, quantas cartas de Jung, durante esse período, foram escritas dessa forma. As últimas cartas de Jung, [...] de suas cartas selecionadas, que Aniella Jaffé editou com Gerhard Adler, são comumente tidas como possuindo suas mais sábias e mais humanas afirmações. Quantas dessas foram, na verdade, trabalho de Aniella Jaffé? (SHAMDASANI, 1995)⁶

Nota bene, Emma Rauschenbach, esposa de Jung, morreu em 27 de novembro de 1955. O terceiro volume da publicação brasileira das cartas de Jung se refere, justamente, a um período após esta data: de janeiro de 1956 até a morte de Jung em 1961. Curiosamente, como podemos observar, este é o período em

³As cartas de Jung a Freud (190 cartas) não estão nesta edição devido ao fato de Jung ter percebido, na época, questões pessoais que deveriam ser decantadas e arrefecidas até 20 anos depois de sua morte. Posteriormente, oito anos antes do prazo estabelecido por Jung, num acordo entre as famílias de ambos a extensa troca de correspondência, 350 no total, foi publicada separadamente (JUNG, [1906-1945] 1999a, p.9). Por outro lado, a família de Jung ainda não se decidiu quanto à publicação das cartas pessoais aos seus parentes. Desta forma, segundo Aniela Jaffé, a maioria das cartas desta seleção “são objetivas e científicas”(idem, p.8). Numa carta de Jung a Gerhard Adler – editor inglês das *Obras Completas* de Jung e um dos responsáveis pela publicação das *Cartas* – datada em 25/04/1956, ele escreve: “as cartas que os senhores pretendem publicar abordam questões científicas” (idem, p.9).

⁴ Itálico nosso.

⁵ Segundo Shamdasani: Aniela Jaffé, "Interview with Gene Nameche", Jung Oral History Archive, Countway Library of Medicine, Harvard Medical Library, Boston, 11.

⁶Este excerto figura sem indicação do número da página por se tratar de um texto retirado da internet.

que temos mais registros de suas cartas, já que o terceiro volume compreende apenas cinco anos de correspondências, enquanto o segundo contempla nove anos (1946-1955) e o primeiro, trinta e nove anos de correspondência (1906-1945). Todavia, cumpre também lembrar que, segundo Aniela Jaffé, foi apenas a partir de 1931 que se começou a guardar cópias de suas cartas. (JUNG, [1906-1945] 1999a, p.8).

Em relação à outra fonte de pesquisa para nossa análise – o livro **Memórias, sonhos e reflexões** –, ao utilizá-la temos que levar em conta também a questão de sua fidedignidade. Sobre este livro, Sonu Shamdasani, no seu já citado artigo – sugestivamente intitulado *Memórias, sonhos, omissões* (SHAMDASANI, 1995) – não só relativiza as informações existentes, como também questiona o fato de ser um livro autobiográfico, mas sim uma biografia de Jung escrita por Aniella Jaffé.

Mais que isso, aponta também uma série de omissões que ocorreram em sua escrita. Mesmo levando isso em consideração, ao lermos o livro e o artigo, somos levados a crer que as críticas que Shamdasani propõe não se aplicariam globalmente às passagens utilizadas em nossa tese.

Por fim, ao nos valer das *Obras completas* de Jung, relembremos, como já apontado, que entendemos como elementos de maior necessidade de relativização deste material a tradução e a subjetividade do pesquisador.

O legente observará que, no desenvolvimento de nossa análise sobre *arquétipo, inconsciente coletivo e si-mesmo*, renunciamos à idéia de apresentar as considerações de Jung associadas aos seus escritos precipuamente numa perspectiva histórica. Afinal, seus textos possuem algumas peculiaridades que podem causar estranheza ao leitor pouco familiarizado com as *Obras completas*.

Neste sentido, ao longo de nosso trabalho, perceber-se-á citações de datas distintas de um mesmo volume. Cumpre lembrar que a numeração dos volumes indicados na coleção das *Obras Completas de C.G.Jung* no Brasil, publicadas pela Editora Vozes, não corresponde necessariamente à cronologia em que os textos foram publicados pelo autor. *The Collected Works*, como o próprio nome diz, são obras coligidas em volumes, geralmente, sobre um mesmo tema. Desta forma, podemos encontrar num mesmo volume textos que foram escritos num intervalo de mais de cinquenta anos como, por exemplo, o *volume III*, cujo primeiro texto data de 1907 e o último de 1958. Mais que isso, temos também que levar em consideração que muitos textos de Jung possuem datas distintas entre a primeira

versão e a edição definitiva revista pelo autor – alguns textos sofreram mais de uma revisão –, daí a nossa opção por não seguir uma perspectiva histórica.

Outro aspecto peculiar das *Obras completas* de Jung é o fato de ter sido convencionado, internacionalmente, que as indicações são feitas em parágrafos (§) como forma de facilitar a localização do texto citado, independentemente do idioma ou da edição do livro em questão – neste sentido, optamos por também seguir esta mesma forma de indicação bibliográfica.

Apesar de termos a intenção de nos apoiar nos textos de Jung para nossa proposição, tivemos também o apoio de textos de outros teóricos junguianos – em especial, apontamos os dicionários de Paolo Francesco Pieri e Andrew Samuels. Isso se deve ao fato de, nestes autores, encontrarmos uma ressonância na nossa tentativa de estruturação analítico-conceitual das concepções de Jung.

Procuraremos trabalhar a sequência do texto, em capítulos, apresentando-o dentro daquilo que foi descrito anteriormente: *arquétipo*, *inconsciente coletivo* e *si-mesmo*. Estruturamos esta ordem por entendermos a lógica em que uma concepção primordial da teoria, *arquétipo*, está numa instância psíquica, *inconsciente coletivo*, que possui um centro ordenador, *si-mesmo*, que a tudo permeia e engendra.

No primeiro capítulo, tentaremos compreender o que Jung asseverou sobre o *arquétipo*. Tentaremos apontar as origens do termo e as aproximações que Jung tentou estabelecer com outros autores. Mais ainda, as implicações filosóficas e psicológicas desta elaboração. Como Jung construiu esta concepção, suas características e, por fim, tentaremos apontar a dificuldade de uma adequação conceitual mais apurada, já que este construto apresentaria, em nosso entender, um aspecto que adjetivamos *enigmático*.

No segundo capítulo, buscaremos perceber a concepção de *inconsciente coletivo*. Antes disso, entendemos ser interessante compreender o que seria o inconsciente para Jung de uma maneira geral. Posteriormente, abordaremos sua idéia de duas instâncias concebidas de inconsciente – individual e coletivo – e o caminho percorrido para chegar a esta concepção, além da evolução da concepção de *complexo* e sua aproximação com a de *arquétipo*.

Ainda no segundo capítulo, tentaremos apontar como a concepção de *arquétipo* está intimamente ligada à de *inconsciente coletivo* de tal modo que se tem dificuldade em perceber em que momento cada uma dessas concepções

surgiu. Neste sentido, procuraremos tratar as possibilidades filosóficas apontadas por Jung associadas à sua concepção de inconsciente coletivo. Todavia, no capítulo anterior trataremos as correspondências filosóficas em relação, especificamente, à concepção de arquétipo.

No terceiro e último capítulo, trabalharemos com a concepção do *si-mesmo*. Seu significado psicológico, suas inúmeras metáforas, formas de manifestações, suas relações com a divindade e com outras instâncias psíquicas.

Acreditamos que, ao percorrer este itinerário proposto, poderemos encontrar algum tipo de indicação se os construtos conceituais junguianos apresentariam elementos que justificariam a *reserva* existente dentro do meio acadêmico em relação a esta teoria.

Entendemos também que esta proposta é relevante para um aprofundamento analítico de suas concepções, justamente num momento em que Jung começa a se inserir cada vez mais no meio acadêmico e a ser conhecido de um público extra-acadêmico mais amplo.